

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular destinada a frota de transporte escolar da Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru/PE** conforme condições, especificações técnicas, exigências e quantitativos estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos, em consonância com o Decreto Municipal nº 009, de 17 de janeiro de 2024 e na Lei Federal nº 14.133/2021.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA

##### 2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

**2.1.1.** A presente contratação justifica-se pela imperiosa necessidade de garantir a regularidade do serviço público de transporte escolar prestado pela rede municipal de ensino de Caruaru/PE, especialmente no tocante à segurança dos alunos, servidores e demais ocupantes dos veículos vinculados à Secretaria de Educação e Esportes. Trata-se de providência instrumental para a efetivação do direito fundamental à educação, conforme delineado no art. 6º da Constituição Federal, que inclui a educação e a segurança entre os direitos sociais fundamentais.

**2.1.2.** O direito à educação, para além do simples acesso à vaga escolar, exige a oferta de condições objetivas e seguras que assegurem a permanência e a assiduidade dos estudantes na rede pública. No caso específico de Caruaru, cuja rede atende uma expressiva população estudantil distribuída em áreas urbanas e rurais, a frota de transporte escolar torna-se peça estruturante da política educacional. Por conseguinte, a contratação de seguro veicular representa medida administrativa necessária à proteção da vida, da integridade física e do patrimônio público, valores tutelados constitucionalmente e diretamente ligados ao dever de prestação adequada do serviço público essencial.

**2.1.3.** A obrigatoriedade da contratação de seguros veiculares para transporte escolar decorre, ainda, de normativas estaduais e municipais, bem como da orientação consolidada nos órgãos de controle externo. Trata-se de prática que coaduna com os princípios da prevenção de riscos, da continuidade do serviço público e da eficiência administrativa (art. 37, caput, CF/88).

**2.1.4.** Ademais, o seguro de Responsabilidade Civil para terceiros, o de Acidentes Pessoais por Passageiro (APP) e a cobertura compreensiva (quando cabível) conferem à Administração Pública proteção jurídica, patrimonial e financeira frente a sinistros que podem comprometer a prestação do serviço educacional.

**2.1.5.** A ausência de apólice adequada expõe a Administração a riscos elevados, tanto de ordem financeira quanto jurídica, em caso de acidentes com danos a terceiros, estudantes ou servidores, podendo acarretar, inclusive, responsabilização por omissão. A contratação do seguro total representa, portanto, medida de prudência administrativa e de zelo com o interesse público, sendo fator de mitigação de riscos e garantia de resposta rápida em caso de eventos danosos.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**2.1.6.** Destaca-se que o seguro veicular escolar possui caráter essencialmente preventivo e protetivo, sendo instrumento complementar às obrigações do ente público com a segurança dos estudantes e profissionais da educação, conforme também preconizado nos arts. 53 a 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), os quais impõem ao Poder Público o dever de assegurar à criança e ao adolescente o pleno desenvolvimento, a proteção à vida e à saúde, inclusive nos deslocamentos até a escola.

**2.1.7.** Outrossim, é importante destacar que a contratação do serviço de seguro para os veículos da frota escolar configura-se como necessidade de natureza contínua, uma vez que visa garantir, de forma ininterrupta, a proteção patrimonial e a segurança dos bens públicos utilizados no transporte de estudantes. Trata-se de medida indispensável à continuidade das atividades educacionais com segurança, além de assegurar a regular prestação do serviço público de transporte escolar sem riscos de paralisação ou prejuízo ao interesse coletivo.

**2.1.8.** Por fim, a descrição e toda justificativa pormenorizada para referida da necessidade administrativa se encontra discriminado no **TÓPICO 02 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**, que subsidia sua formalização, tendo como finalidade evidenciar a necessidade a ser resolvida, apontando a melhor solução para a administração pública, considerando ainda, a viabilidade técnica e econômica da contratação.

### 2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

**2.2.1.** O quantitativo estimado para a presente contratação foi estabelecido com base na totalidade da frota veicular atualmente vinculada à Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru, composta por **71 (setenta e um) veículos** destinados exclusivamente à execução do serviço de transporte escolar, conforme detalhado no **TÓPICO 7 DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**.

**2.2.2.** A definição desse quantitativo está alicerçada em critérios técnicos objetivos, resultantes de levantamento in loco da frota, análise documental dos registros patrimoniais e cotejo com os dados operacionais da Secretaria, o que assegura a fidedignidade e a razoabilidade da estimativa. Desse total, **57 veículos são de propriedade do Município e 14 foram cedidos por entes estaduais**, todos utilizados de forma contínua e imprescindível à logística educacional.

**2.2.3.** Para cada veículo foi considerada a necessidade de **apólice individual**, respeitando as especificidades de cobertura exigidas para cada tipologia da frota — cobertura apenas do **RCF e APP** para veículos próprios e cobertura **Compreensiva com (RCF + APP)** para os veículos cedidos. Essa estratégia se justifica não apenas por critérios técnicos, mas também por fundamentos legais, em especial pelo disposto no art. 11, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração a obrigação de dimensionar adequadamente os objetos contratuais, de modo a evitar tanto o sobrepreço quanto o subdimensionamento, além de garantir a economicidade e a mitigação de riscos.

**2.2.4.** Nesse contexto, a quantidade de apólices a ser contratada se trata de uma projeção **estrategicamente calculada, proporcional à demanda real da frota em operação**, e que visa assegurar a integral proteção do patrimônio público, o resguardo da integridade física dos estudantes e servidores, e o atendimento ininterrupto da política pública educacional.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

### 2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A motivação quanto à escolha da solução a ser licitada encontra-se devidamente pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar, especialmente no **TÓPICO 5**, no qual se evidenciam as características do objeto, a demanda estimada e a estratégia de contratação mais adequada ao interesse público. Diante o exposto, justifica-se a aquisição do objeto, por meio do procedimento licitatório.

### 3. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. Os serviços a serem contratados se classificam como de **natureza comum**, nos termos do XIII, do artigo 6º, da Lei 14.133/2021 e do art. 2º, incisos I e II do Decreto nº 065, de 29 de agosto de 2023.

3.2. A referida contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular destinada a frota de transporte escolar da Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru/PE configura-se como **SERVIÇO DE NATUREZA CONTÍNUA**, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

3.2.1. Trata-se de necessidade permanente e essencial à preservação do patrimônio público e à continuidade das atividades educacionais, garantindo proteção aos veículos que compõem a frota escolar e segurança aos usuários do serviço de transporte. A manutenção ininterrupta do seguro é imprescindível para evitar prejuízos financeiros decorrentes de sinistros, assegurar a regularidade das operações e resguardar o interesse público, sendo necessário de forma ininterrupta, conforme fundamentação constante no subitem 9.8. do Estudo Técnico Preliminar.

3.3. A licitação será processada na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tendo como critério de julgamento o **menor preço POR LOTE**, conforme justificativa constante no item 15 do Estudo Técnico Preliminar que subsidia o presente documento.

3.4. O modo de disputa a ser utilizado é o **ABERTO**.

3.5. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que melhor se adequam ao objeto pretendido.

### 4. DA DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DO QUANTITATIVO

#### 4.1. DA DEFINIÇÃO DO QUANTITATIVO

4.1.1. Os itens a serem contratados, bem como seus quantitativos, está especificado no ANEXO I deste Termo de Referência.

#### 4.2. DA DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.2.1. A escolha da solução foi realizar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular destinada a frota de transporte escolar da Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru/PE.



## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**4.2.2.** A contratação será estruturada em dois Lotes distintos, conforme especificado na tabela constante do item 4.1.1. O **Lote 1** contemplará a cobertura de seguro do tipo RCF + APP, enquanto o **Lote 2** abrangerá a cobertura do tipo Compreensiva + RCF + APP, assegurando proteção integral aos veículos e aos usuários do transporte escolar.

### **4.2.2.1. Descrição dos serviços contemplados no seguro RCF + APP (LOTE 1):**

#### **Lote 1 - Cobertura de Responsabilidade Civil Facultativa e Acidentes Pessoais de Passageiros para os 57 veículos da frota própria:**

A **responsabilidade civil facultativa**, também conhecida como cobertura para terceiros, é a proteção relacionada aos riscos de danos a terceiros que garante o reembolso de indenizações as quais o segurado seja obrigado a pagar em caso de danos morais, em função de danos causados a pessoas ou seus bens no trânsito. Os tipos de cobertura inclui: **Danos Materiais:** prevê reembolso dos valores reclamados pelo terceiro em sua propriedade material. Nesses casos, comprovada a culpa do segurado, a seguradora pagará os reparos do veículo terceiro até o valor máximo contratado. Dos **Danos Corporais:** está relacionada aos danos físicos causados à outras pessoas – morte, invalidez e despesas médicas. **Danos Morais:** trata-se de uma cobertura complementar que servirá para garantir que as indenizações judiciais ou extrajudiciais que o segurado possa ser condenado a pagar por danos morais sejam custeadas pela seguradora, dentro do valor contratado.

A outra cobertura é **Acidentes Pessoais de Passageiros** caracterizada, por acidente de trânsito com o veículo segurado, causando lesões físicas que, independentemente de qualquer outra causa, tenha como consequência a morte ou invalidez permanente total ou parcial do motorista do veículo segurado ou dos passageiros deste veículo assim como despesas hospitalares.

<b>Lote 1 (57 veículos)</b>	<b>Valor mínimo da cobertura</b>
Responsabilidade Civil Facultativa - (RCF Danos Materiais)	R\$ 100.000,00(cem mil reais)
Responsabilidade Civil Facultativa - (RCF Danos Pessoais)	R\$ 100.000,00(cem mil reais)
Responsabilidade Civil Facultativa - (RCF Danos Morais)	R\$ 10.000,00(dez mil reais)
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP Morte (por pessoa)	R\$ 10.000,00(dez mil reais)
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP Invalidez Permanente total ou parcial (por pessoa)	R\$ 10.000,00(dez mil reais)

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

Despesa Médico Hospitalares (por pessoa)	R\$ 30.000,00(trinta mil reais)
--	---------------------------------

### 4.2.2.2. Do Aviso de Sinistro:

A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

4.2.2.3. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

4.2.2.4. Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria e proceder à liberação do serviço a ser executado.

4.2.2.5. A assistência estender-se-á a todo o território nacional, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque.

4.2.2.6. A CONTRATADA deverá possuir representação (corretor de seguros) 24 (vinte e quatro) horas por dia disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento exclusivo à Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Caruaru durante todo o período de vigência contratual.

Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

4.2.2.7. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

4.2.2.8. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo Município e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

### 4.2.2.2. Descrição dos serviços contemplados no seguro compreensiva + RCF + APP (LOTE 2):

#### **Lote 2 - Cobertura Compreensiva com coberturas adicionais de Responsabilidade Civil Facultativa e Acidentes Pessoais de Passageiros para os 14 veículos da frota cedida:**

A cobertura compreensiva, em sua modalidade básica cobre danos provenientes de colisão, incêndio, explosão acidental, roubo e furto e demais itens citados abaixo neste subitem sobre o veículo a segurado. As coberturas adicionais que são responsabilidade civil facultativa e acidentes pessoais de passageiros foram conceituadas no subitem 4.2.2.1:

**GERÊNCIA DE TRANSPORTE**

<b>Lote 2 (14 veículos)</b>	<b>Valor mínimo da cobertura</b>
Cobertura Compreensiva (Total): colisão, incêndio, explosão acidental, roubo e furto.	100% do valor de mercado da tabela FIPE
Responsabilidade Civil Facultativa - (RCF Danos Materiais)	R\$ 100.000,00(cem mil reais)
Responsabilidade Civil Facultativa - (RCF Danos Pessoais)	R\$ 100.000,00(cem mil reais)
Responsabilidade Civil Facultativa - (RCF Danos Morais)	R\$ 10.000,00(dez mil reais)
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP Morte (por pessoa)	R\$ 10.000,00(dez mil reais)
Acidentes Pessoais de Passageiros - APP Invalidez Permanente total ou parcial (por pessoa)	R\$ 10.000,00(dez mil reais)
Despesa Médico Hospitalares (por pessoa)	R\$ 30.000,00(trinta mil reais)

**4.2.3. Do Aviso de Sinistro e assistência:**

**4.2.3.1.** CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

**4.2.3.2.** A central poderá funcionar por e-mail, telefone, serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

**4.2.3.3.** Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

**4.2.3.4.** Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 03 (três) horas após o aviso de sinistro.

**4.2.3.5.** A assistência estender-se-á a todo o território nacional, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque.

**4.2.3.6.** A CONTRATADA deverá possuir representação (corretor de seguros) 24 (vinte e quatro) horas por dia disponível para, em casos de sinistros ou eventuais serviços, prestar apoio/atendimento exclusivo à Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Caruaru durante todo o período de vigência contratual.

**4.2.4. Da Franquia:**

**4.2.4.1.** A franquia considerada é a obrigatória normal, observando o seguinte:

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**4.2.4.2.** A franquia não será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

**4.2.4.3.** Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e nas apólices. Não devendo exceder o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor de mercado referenciado divulgado pela FIPE, no mês do pregão eletrônico de 2025, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.

**4.2.4.4.** A Contratada deverá entregar a apólice de seguro na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de assinatura do CONTRATO;

**4.2.4.5.** A apólice deverá ser entregue nos seguintes formatos:

**4.2.4.5.1. Físico** - devendo ser encaminhada para Av. Cícero José Dutra, Sn - Petrópolis, Caruaru - PE, 55030-240, conhecida como antiga FAFICA em atenção ao setor de Transportes da Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

**4.2.4.5.2. Digital** - devendo ser encaminhada através do e-mail [gerencia.transporte.edu@caruaru.g12.br](mailto:gerencia.transporte.edu@caruaru.g12.br)

**4.2.4.6.** A contratada deverá apresentar apólice com cláusulas compatíveis com o Edital e este Termo de Referência.

**4.2.4.7.** Em caso de sinistro de perda parcial o valor referente a franquia deverá ser pago pela contratante, prioritariamente, a concessionária/oficina que promover o conserto do veículo; caso a concessionária/oficina não esteja com sua documentação relativa ao Fisco, à Seguridade Social e ao FGTS regular, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

**4.2.4.8.** Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda e/ou explosão.

### **4.2.5. Da cobertura**

**4.2.5.1.** Cobertura Básica Compreensiva (Total): colisão, incêndio, explosão acidental, roubo e furto, danos materiais e pessoais contra terceiros (responsabilidade civil) dos veículos relacionados a serem segurados.

**4.2.5.2.** Indenização Parcial ou Integral: conforme sinistro.

**4.2.5.3.** Modalidade “Valor de Mercado referenciado” - 100% da tabela FIPE, atualizada para os veículos segurados ou tabela/indicador que oficialmente venha a substituí-la – referente a todos os veículos.

**4.2.5.4.** Franquia: Normal

**4.2.5.5.** Bônus: Classe definida na apólice, conforme avaliação da proponente.

### **4.2.6. Coberturas adicionais:**

**4.2.6.1.** Assistência 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, em todo território Nacional, em caso de pane, acidente, furto e roubo, com no mínimo os seguintes serviços:

- a) Socorro mecânico emergencial no local;
- b) Reboque/guincho do veículo;
- c) Transporte dos ocupantes do veículo segurado até a residência/sede do condutor e dos ocupantes do veículo;
- d) Remoção para hospital ou domicílio do condutor e dos ocupantes do veículo;
- e) Chaveiro;
- f) Troca de pneus;



## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

g) Cobertura total para vidros: dianteiros, traseiros, laterais, faróis, lanternas e retrovisores.

**4.2.6.2.** O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

- a) Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.
- b) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento.
- c) Raios e suas consequências.
- d) Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
- e) Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.
- f) Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.
- g) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.
- h) Inundação, alagamento, ressacas, ventos fortes, granizo e queda accidental de qualquer agente ou objeto externo sobre o veículo;
- i) Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica.
- j) Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos: Chaveiro. Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pelo contratante. Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

**4.2.6.3.** Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.

**4.2.6.4.** Valores das indenizações:

- a) Responsabilidade Civil Facultativa - (RCF Danos Materiais): R\$ 100.000,00(cem mil reais);
- b) Responsabilidade Civil Facultativa - (RCF Danos Pessoais): R\$ 100.000,00(cem mil reais);
- c) Danos Morais: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).
- d) Acidentes Pessoais de Passageiros (APP Morte): R\$ 10.000,00(dez mil reais);
- e) Acidentes Pessoais de Passageiros (APP Invalidez Permanente): R\$ 10.000,00(dez mil reais);
- f) Despesa Médico Hospitalares: R\$ 30.000,00(trinta mil reais);

**4.2.6.5.** Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

**4.2.6.6.** Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo Município e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

**4.2.7. Casco:**



## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

a) Valor para cobertura de 100%-casco da tabela FIPE para os veículos.

b) O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos

### **4.2.8. Regulação de Sinistro:**

**4.2.8.1.** Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

**4.2.8.2.** Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o Município poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

**4.2.8.3.** Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do Município.

**4.2.8.4.** O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

**4.2.8.5.** Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente a 2% (dois por cento) do valor da indenização, além das penalidades previstas em lei.

### **4.2.9. Da guarda e utilização dos veículos da frota da educação e questionário de avaliação de risco:**

**4.2.9.1.** Os veículos serão conduzidos por servidores do Municipal de Caruaru/PE e motoristas terceirizados e, enquanto nas dependências da sede, permanecerão recolhidos em estacionamento fechado e privativo.

**4.2.9.2.** Não há previsão de quantidade de quilometragem a ser percorrida pelos veículos oficiais da frota da secretaria da educação e esportes durante o período de vigência do seguro.

**4.2.9.3.** Características individuais dos motoristas, como idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

**4.2.9.4.** Diante das informações fornecidas nos itens acima e devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

### **4.2.10. Do endosso:**

**4.2.10.1.** Quaisquer alterações na apólice poderão ser solicitadas pela prefeitura Municipal de Caruaru e processada pela seguradora, mediante endosso. Dentre elas: a substituição de veículos; a exclusão de veículos; a inclusão de veículos e a correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente.

### **4.2.11. Da Inclusão e Substituição**

**4.2.11.1.** Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

**4.2.11.2.** Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**4.2.11.3.** A devolução deverá ser realizada mediante impressão e pagamento de Documento de Arrecadação Municipal, devendo a empresa enviar recibo devidamente quitado ao Município de Caruaru.

**4.2.11.4.** Caberá a administração, por meio do gestor do contrato, em qualquer dos itens, comparar o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

### **4.2.12. Da Exclusão**

**4.2.12.1.** Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a fórmula:

$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$  onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

**4.2.12.2.** O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pela contratante à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.

**4.2.12.3.** Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período de 30 (trinta) dias.

**4.2.12.4.** A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante solicitação de empenho, devendo a CONTRATADA enviar recibo, devidamente quitado, à administração pública.

### **4.2.13. Do gerenciamento do serviço:**

**4.2.13.1.** O gerenciamento consiste em um conjunto de regras com o objetivo de garantir continuidade e qualidade na condução dos alunos e servidores para as unidades escolares, transportando-os de forma segura.

**4.2.13.2.** A contratante é responsável por fiscalizar, a execução do serviço da seguradora. Os informativos, documentação, as apólices devem ser fornecidas à SEDUC para permitir a avaliação da qualidade dos serviços. Para isso, a contratada deverá seguir as diretrizes específicas em relação à gestão dos seguros. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

## **5. DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**

### **5.1. VALOR REFERÊNCIA**

**5.1.1.** O custo estimado foi apurado a partir de pesquisas de preços conforme preceitua o Decreto nº 080, de 05 de outubro de 2023, realizado pelo departamento de Compras da SAD,

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

em que foi apurado a estimativa do valor em **R\$ 156.938,25 (cento e cinquenta e seis mil novecentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, conforme demonstrado expressamente no mapa de preços em anexo. Esse procedimento se alinha com os princípios da administração pública, particularmente no que diz respeito à busca pela economicidade e à transparência nos processos licitatórios, como preconizado pela legislação em vigor.

**5.1.2.** Os valores unitários estabelecidos no Mapa Comparativo de Preços são considerados valores de referência para fins de julgamento de proposta de preços deste processo licitatório, de modo que não serão aceitos/homologados valores unitários superiores aos respectivos valores estabelecidos no Mapa de Preços estimado anexo.

### 5.2. FORMA DE PAGAMENTO

**5.2.1.** Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à adjudicatária.

**5.2.2.** A nota fiscal (devidamente atestada) deverá ser apresentada na Gerência Financeira da SEDUC, situada na Rua Cícero José Dutra, SN, Bairro Petrópolis, Caruaru/PE, CEP: 55030-240.

**5.2.3.** Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito – CND - comprovando regularidade com o INSS;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – comprovando regularidade com o FGTS;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- e) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da adjudicatária.

**5.2.4.** Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

**5.2.5.** Nenhum pagamento será efetuado antecipadamente.

**5.2.6.** A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada, para correção e nesse caso o prazo será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

**5.2.7.** Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

**5.2.8.** A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

## 6. DO REAJUSTE DE PREÇOS E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

### 6.1. REAJUSTE DE PREÇO

**6.1.1.** Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do contrato, exceto quando, após o período de 12 (doze) meses iniciais, houver prorrogação contratual, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo



## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

(IPCA), fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado desde a data do orçamento estimado, em consonância com o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

**6.1.2.** Em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), quando for o caso, o pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela Contratada antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência do contrato, acompanhado da documentação necessária para a análise do pleito.

**6.1.3.** A aceitação da prorrogação contratual sem a formalização do reajuste ou a ausência de requerimento tempestivo implicará na preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, não sendo admitidas solicitações retroativas.

**6.1.4.** Os custos com transporte, carga e a descarga dos materiais correrão por conta do licitante vencedor, devendo constar na proposta, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente à Prefeitura.

### 6.2. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

**6.2.1.** Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, inciso II da Lei 14.133/2021 mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

**6.2.2.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**6.2.3.** Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, e, caso aprovada, deverá ser formalizada por meio de aditamento ao contrato.

**6.2.4.** A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulada durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

**6.2.5.** O CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

## 7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**7.1.** Os serviços decorrentes da Contratação serão executados **DE FORMA PARCELADA**, de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria Municipal de Educação de Caruaru, mediante a emissão de ordens de serviço.

**7.2.** A execução do serviço iniciará imediatamente após a emissão de ordem de serviço.

**7.3.** As ordens de Serviço serão expedidas preferencialmente por meio eletrônico;

**7.4.** A apólice será recebida, provisoriamente, pelo setor de Transportes da Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Caruaru, para verificação da adequação do objeto às especificações exigidas neste Termo de Referência.

**7.5.** Após a verificação da conformidade com as especificações técnicas, a apólice será recebida definitivamente, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou atesto no documento de cobrança, que será remetido ao setor competente para pagamento.

**7.6.** A prestação do serviço deve ser acompanhada da nota fiscal contendo as especificações do objeto, bem como os quantitativos, preços unitários e o valor total;

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

7.7. O recebimento do objeto estará rigorosamente condicionado à verificação do atendimento às especificações contidas neste Termo de Referência e no Edital da licitação e, à contratada que deixar de prestar os serviços fora das especificações, deverá ser aplicadas as sanções estabelecidas no Termo de Referência e no Edital;

7.8. A entrega não exclui a responsabilidade civil pela perfeita execução do objeto contratado, cabendo à contratada sanar quaisquer irregularidades detectadas pelo prazo de garantia estipulado;

7.9. A contratante rejeitará no todo ou em parte a entrega do objeto em desacordo com o Edital e com este Instrumento;

7.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.11. O prazo de execução para entrega e eventuais alterações da apólice, bem como o pagamento das indenizações está especificado abaixo:

EVENTO	PRAZO MÁXIMO EM DIAS CORRIDOS
Entrega da apólice	30 dias, contados da data da assinatura do contrato.
Alterações na apólice	30 dias, contados da comunicação oficial da solicitação pela CONTRATANTE
Pagamento de indenizações em decorrência de sinistros em geral	30 dias, contados da data do sinistro, devidamente informado/documentado pela CONTRATANTE.

## 8. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

### 8.1. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

8.1.1. A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contada da assinatura do referido instrumento, a partir de quando as obrigações serão exigíveis, podendo ser prorrogado, sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

8.1.2. A prorrogação de que trata este subtópico é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para o CONTRATANTE.

## 9. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

### 9.1. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1.1. A contratante exercerá a fiscalização dos serviços, por meio do gestor e fiscais, conforme detalhado a seguir, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do objeto contratado, podendo ainda, realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela contratada, efetuando avaliação periódica do serviço;

9.1.2. **Gestor do contrato**: servidor designado para coordenar e comandar o processo da fiscalização da execução contratual;

9.1.3. **Fiscal do contrato**: servidor designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização do objeto do contrato;

9.1.4. Nos termos do art. 117 da Lei n.º. 14.133 de 2021; durante a vigência contrato, fica designado como gestor do contrato:

**Gestor(a) Titular**: Daniela Pereira dos Passos , Matrícula nº 56093-0.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**Gestor(a) Suplente:** Flávio José Cordeiro de Andrade, Matrícula nº. 56.020-03

**Fiscal Titular:** Maísa de Araújo Calixto Alcantara, matrícula nº. 56.076-4

**Fiscal Suplente:** Lucas Emanuel Pereira de Souza, matrícula nº. 56.023-4

**9.1.5.** A contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria do serviço prestado e verificar o cumprimento de normas preestabelecidas no edital/contrato;

**9.1.6.** O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

**9.1.7.** As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

**9.1.8.** A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120, da Lei nº 14.133/21.

## 10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

### 10.1. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA<sup>1</sup>:

**10.1.1. Apresentação de um ou mais atestado(s) de capacidade técnica,** expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m):

**10.1.1.1. Aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, demonstrando que a licitante administra ou administrou esse tipo de serviço, com, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo a ser contratado -correspondendo a 35 (trinta e cinco) veículos.** observado o disposto nos § 1º e § 2º do artigo 67, da Lei 14.133/21.

<sup>1</sup> Os critérios de habilitação técnica, conforme o art. 67 da Lei 14.133/2021, têm como objetivo comprovar que o licitante possui a qualificação necessária para a execução satisfatória do objeto da contratação. De acordo com as orientações do TCU, esses critérios referem-se a aspectos específicos do licitante e não devem ser confundidos com os critérios técnicos de aceitabilidade da proposta, que estão relacionados diretamente ao objeto da contratação. Desse modo, as exigências relativas à qualificação técnica são estabelecidas em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles que asseguram a isonomia, a economicidade, a seleção da proposta mais vantajosa e a eficiência na contratação pública. A definição desses critérios considerou a necessidade de garantir a execução adequada do objeto, evitando restrições desproporcionais que possam limitar indevidamente a participação de potenciais interessados no certame, respeitando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de acordo com a complexidade do objeto. Sobre o tema, Marçal Justen Filho na obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021” preceitua: “Quanto maior a complexidade, quanto mais problemática a execução da prestação, quanto mais essenciais as necessidades a serem atendidas, tanto mais severos serão os requisitos de habilitação. Quanto menor a dificuldade na execução da prestação, quanto mais difundidas as técnicas necessárias para executar adequadamente o objeto, tanto menores serão os requisitos de habilitação. Ressalte-se que o próprio elenco das circunstâncias relevantes para a determinação dos requisitos de habilitação é variável em cada caso. (Justen Filho, Marçal - Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021 - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 777). Dessa forma, ao estabelecer os requisitos de habilitação previstos, a Administração Municipal assegura a eficiência da contratação, alinhando-se ao interesse público e às diretrizes de competitividade mercadológica estabelecidas pela legislação vigente.



## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**10.1.1.2.** Poderão ser somados os quantitativos de mais de um atestado para que seja obtido o mínimo do quantitativo licitado, devendo constar a discriminação dos serviços prestados.

**10.1.1.3.** Não serão aceitos atestados emitidos pelo licitante, em seu próprio nome, nem qualquer outro em desacordo com as exigências do edital.

**10.1.1.4.** Os atestados apresentados poderão ser diligenciados de acordo com o art. 64, I da Lei nº 14.133/2021.

**10.1.2. Experiência mínima de 03 (três) anos na prestação de serviços**, ininterruptos ou não, até a data da sessão pública de abertura desta licitação, admitindo-se o somatório de atestados, desde que estes contemplem execuções em períodos distintos.

**10.1.3.** A licitante deverá entregar cópia da **autorização e registro na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**.

**10.1.4.** A justificativa pormenorizada dos requisitos de qualificação técnica está devidamente descrito no **tópico 6.3.4 do Estudo Técnico Preliminar**. Cada exigência foi rigorosamente fundamentada à luz de critérios técnicos e normativos, evidenciando sua coerência, proporcionalidade e indispensabilidade para a execução eficiente do objeto contratual.

### **10.2. Qualificação econômico-financeira**

**10.2.1.** Certidão negativa de falência, de recuperação judicial e/ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

## **11. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL**

**11.1.** Não haverá exigência da garantia contratual da execução (art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021), haja vista não haver complexidade e vultuosidade na presente contratação, não comprometendo o cumprimento das obrigações.

## **12. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO**

**12.1.** Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente contratação, tendo em vista que a execução dos serviços de seguro veicular destinados à frota de transporte escolar da Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru/PE pode ser realizada integralmente e com plena eficiência por empresa seguradora devidamente especializada e autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, não havendo necessidade de delegação a terceiros para o cumprimento das obrigações contratuais.

**12.2.** A vedação à subcontratação fundamenta-se na natureza técnica, regulatória e jurídica do objeto, uma vez que o serviço securitário é atividade altamente regulamentada, sujeita à fiscalização direta da SUSEP e restrita a empresas legalmente constituídas e habilitadas para operar no setor.

**12.3.** Outrossim, a possibilidade de subcontratação comprometeria a responsabilidade direta da contratada, além de fragilizar o controle da Administração sobre a idoneidade, a capacidade técnica e a regularidade da execução contratual, podendo gerar riscos jurídicos e operacionais incompatíveis com a natureza do serviço de seguro, que exige gestão unificada e rastreabilidade integral das obrigações assumidas.

**12.4.** Ressalta-se que a execução direta pela empresa seguradora contratada assegura a responsabilização plena e exclusiva da mesma por todos os atos decorrentes da prestação do

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

serviço, garantindo a integridade das coberturas contratadas, a celeridade no pagamento das indenizações e o cumprimento das normas legais e contratuais.

**12.5.** Dessa forma, não será admitida a subcontratação de nenhuma parcela do objeto, considerando tratar-se de atividade regulada, de caráter técnico e de execução direta e exclusiva da empresa seguradora, em estrita observância às normas legais e regulamentares aplicáveis ao setor securitário, bem como aos princípios da eficiência, segurança jurídica e interesse público que norteiam a atuação administrativa.

### 13. DA JUSTIFICATIVA DA VEDAÇÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

**13.1.** Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá, de forma motivada, vedar a participação de empresas reunidas em consórcio em procedimentos licitatórios, desde que haja justificativa técnica amparada nas peculiaridades do objeto a ser contratado.

**13.2.** No presente caso, a vedação mostra-se plenamente pertinente, uma vez que a execução dos serviços de seguro veicular destinados à frota de transporte escolar da Secretaria de Educação e Esportes do Município de Caruaru/PE, embora exija capacidade técnica, e regularidade junto aos órgãos reguladores do setor securitário, não demanda a conjugação de esforços de múltiplas empresas consorciadas. Trata-se de serviço padronizado e contínuo, que pode ser integralmente executado por uma única empresa seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, não havendo necessidade de composição de competências complementares.

**13.3.** Ademais, o objeto contratual não se enquadra na hipótese de alta complexidade ou vulto técnico-financeiro relevante que justificasse a admissão de consórcios, considerando que a execução envolve atividades essencialmente administrativas e contratuais, **como** emissão de apólices, processamento de sinistros, pagamento de indenizações e manutenção de cobertura securitária contínua.

**13.4.** Ressalta-se ainda que a formação de consórcios poderia acarretar maior burocratização do processo licitatório, dificultar a gestão e a fiscalização contratual e elevar os custos operacionais, sem qualquer ganho efetivo de eficiência ou economicidade para a Administração Pública. A vedação à participação consorciada busca, portanto, garantir maior simplicidade, transparência e responsabilidade unificada na execução contratual, assegurando que a contratada detenha plena capacidade técnica e financeira para assumir integralmente as obrigações decorrentes do ajuste.

**13.5.** Por fim, em consonância com o entendimento consolidado no Acórdão nº 2214/2015 – TCU – 2ª Câmara, a decisão de vedar a participação de consórcios constitui ato discricionário da Administração, desde que devidamente fundamentado, como ocorre no presente caso. Assim, diante da natureza do objeto, da inexistência de justificativa plausível para a admissão de consórcios e da busca pela eficiência administrativa, a vedação se revela legal, proporcional e plenamente adequada ao interesse público.

### 14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**14.1.** Garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e qualidade, de acordo com o previsto na legislação, as especificações técnicas e demais condições constantes neste Termo de Referência e no Edital;

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

- 14.2.** Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamentos de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;
- 14.3.** Promover, por sua conta, a cobertura, através de resseguro, dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução dos serviços objeto deste termo;
- 14.4.** Contratar, por sua conta, todos os resseguros exigidos ou que venham a ser exigidos por lei e que incidam direta ou indiretamente sobre o objeto deste termo;
- 14.5.** Executar os serviços objeto do presente termo observando rigorosamente o cumprimento de todas as demais obrigações impostas pelo edital e seus anexos;
- 14.6.** Assinar o contrato e manter, durante a vigência da contratação, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital em compatibilidade com estas obrigações;
- 14.7.** Indenizar em qualquer caso todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do objeto deste termo, respondendo por si e por seus sucessores;
- 14.8.** Credenciar junto a CONTRATANTE, funcionário (e substituto eventual) que terá disponibilidade imediata de atendimento, receberá as instruções dos responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato, cumprirá as solicitações referentes ao objeto do presente edital, bem como prestará as informações e assistência necessárias (inclusive às autoridades competentes) ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual;
- 14.9.** Os serviços descritos neste termo devem ser cumpridos pela seguradora em todas as suas especificações imediatamente ao serem solicitados, devendo tais especificações estar corretamente definidas nos sistemas de controle da empresa e seus credenciados, para que não seja necessária a intervenção da seguradora e/ou de seus corretores junto aos credenciados para autorizar serviços contratados;
- 14.10.** As obrigações e responsabilidades da CONTRATADA serão suspensas se a prestação dos serviços for obstada por motivo de caso fortuito ou força maior, comprovadamente, imprevisíveis e alheios ao controle da mesma, devendo nesses casos o evento motivador da paralisação dos serviços ser comunicado, formalmente, a CONTRATANTE, em 24h (vinte e quatro horas) de sua ocorrência;
- 14.11.** Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação necessária solicitada pela fiscalização da CONTRATADA;
- 14.12.** Corrigir prontamente, quaisquer erros ou imperfeições na execução do serviço, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela fiscalização da Secretaria Municipal de Educação;
- 14.13.** Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela fiscalização da CONTRATADA;
- 14.14.** Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto do edital nos limites fixados no art.124, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 14.15.** A CONTRATADA deverá colocar à disposição da contratante, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;
- 14.16.** A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional;



## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

- 14.17.** Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a contratada terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;
- 14.18.** Havendo a necessidade de reboque, a contratada deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas, após o aviso de sinistro.
- 14.19.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme determina o artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 14.20.** Cientificar o CONTRATANTE de qualquer ocorrência anormal na execução do objeto;
- 14.21.** Responder por quaisquer danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado, nos termos do art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.22.** A CONTRATADA assume exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas, sendo a única responsável por quaisquer danos causados a terceiros e ao CONTRATANTE, pelos atos praticados pelos seus empregados, prepostos ou subordinados, mesmo que tenham sido adotadas medidas preventivas.
- 14.23.** Fornecer informações solicitadas, quando requisitada e quando autorizado pelo CONTRATANTE através da **Secretaria Municipal de Educação e Esportes**;

### 15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1.** Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear o contrato;
- 15.2.** Efetuar os pagamentos mediante comprovação de execução dos serviços e nas condições e preços pactuados;
- 15.3.** Notificar a contratada, fixando-lhe prazo para correção de quaisquer irregularidades encontradas, prestando os esclarecimentos e informações sobre os desajustes ou problemas detectados durante a execução contratual;
- 15.4.** Quando cabível, aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Contrato;
- 15.5.** Indicar o gestor e os fiscais do contrato;
- 15.6.** Fiscalizar o serviço, mantendo todos os contatos com o preposto designado pela CONTRATADA, a quem competirá às providências que se fizerem necessárias;
- 15.7.** Fornecer à contratada todas as informações necessárias, inclusive mapas das rotas Municipais, visando propiciar a perfeita execução dos serviços;
- 15.8.** Promover, por meio do(s) servidor(es) designado(s) pela Secretaria de Educação e Esportes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, em especial:
- 15.9.** Acompanhamento e registro das falhas detectadas na execução do contrato;
- 15.10.** Atendimento prioritário das denúncias recebidas para averiguação acerca sua veracidade e tomada de providências;
- 15.11.** Atesto das Notas Fiscais da contratada, quando forem entregues conforme solicitado no presente Termo de Referência;
- 15.12.** Atesto das faturas que comprovem a realização dos serviços, bem como a quilometragem percorrida durante o mês correspondente à aferição efetuada.
- 15.13.** Rejeitar, totalmente ou em parte, qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências contratuais;

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**15.14.** A fiscalização de que trata este item não exclui e nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;

**15.15.** Demais ações necessárias à efetiva e eficaz prestação dos serviços, de acordo com o critério de conveniência e oportunidade da Administração, considerados pertinentes de acordo com a legislação vigente.

### 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

**16.1.** Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

**16.2.** Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru são obrigatórias a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**16.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

- I - Advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**16.4.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**16.5.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**16.6.** A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**16.7.** A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**16.8.** As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**16.9.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

**16.10.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**16.11.** A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**16.12.** Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

**16.13.** Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

**16.14.** Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

**16.15.** A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Município de Caruaru - PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

## 17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

**17.1.** As despesas correrão à conta dos recursos previstos no orçamento da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s);

11000 - Secretaria de Educação e Esportes

11001 - Secretaria de Educação e Esportes

12.361.1202.2.133 - Manutenção do Transporte Escolar do Município.

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica



## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

Fonte de Recurso: 112 - Recursos do PNATE

Fonte de Recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

Fonte de Recurso: 109 - Recursos do Salário Educação

Fonte de Recurso: 118 - Transferências de Recursos do FNDE - ETI

11000 - Secretaria de Educação e Esportes

11001 - Secretaria de Educação e Esportes

12.365.1202.2.133 - Manutenção do Transporte Escolar do Município.

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 112 - Recursos do PNATE

Fonte de Recurso: 102 - 25% de Impostos e Transferências para a Educação

Fonte de Recurso: 109 - Recursos do Salário Educação

11000 - Secretaria de Educação e Esportes

11002 - FUNDEB

12.361.1202.2.154 - Manutenção do Transporte Escolar com Recursos do FUNDEB.

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 162 - FUNDEB 30%

11000 - Secretaria de Educação e Esportes

11002 - FUNDEB

12.365.1202.2.154 - Manutenção do Transporte Escolar com Recursos do FUNDEB.

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Fonte de Recurso: 162 - FUNDEB 30%

Fonte de Recurso: 166 - Complemento da União - VAAT - FUNDEB 30%

### 18. DA PROPOSTA

**18.1.** Deverão ser levados em consideração os elementos a seguir na elaboração das propostas:

**18.2.** As propostas deverão ter validade de, no mínimo, **90 (Noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

**18.3.** Valor unitário e valor total dos itens, com apenas duas casas decimais após a vírgula;

**18.4.** Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/2017 (Convênio ICMS 73/04).

### 19. ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

**19.1.** A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários ao objeto contratual, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**19.2.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

### 20. DAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR nº 123/2006

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

**20.1.** A Lei Complementar nº 123/2006 estabelece normas gerais relativas ao tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido a ser dispensado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), especialmente no que concerne à participação em processos licitatórios e ao acesso às contratações públicas.

**20.2.** Contudo, o art. 3º, § 4º, inciso VIII, da referida Lei Complementar, expressamente veda a aplicação do tratamento jurídico diferenciado às empresas que exerçam determinadas atividades financeiras, dentre as quais se incluem as de seguros privados, conforme transcrição abaixo:

Art. 3º (...) § 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, para qualquer efeito legal: (...)

VIII – a pessoa jurídica que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de **seguros privados** e de capitalização ou de previdência complementar.”

**20.3.** Dessa forma, por vedação legal expressa, as empresas seguradoras não podem ser enquadradas como ME ou EPP, sendo, portanto, inviável a aplicação do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 no âmbito da presente contratação.

**20.4.** Portanto, considerando a vedação normativa expressa e a natureza técnica e indivisível do serviço de seguro veicular, **conclui-se que não se aplica a reserva de cotas ou o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 à presente contratação**, sendo essa restrição plenamente justificada sob os aspectos jurídico, técnico e de eficiência administrativa, em conformidade com os princípios da legalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

## 21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**20.1.** Ao longo do contrato, a Secretaria de Educação poderá destinar novos veículos de sua propriedade à execução do serviço de transporte escolar objeto do presente Termo de Referência;

**20.2.** Reserva-se a Secretaria de Educação e Esportes, o direito de anular ou revogar a licitação, visando à legalidade do processo, caso necessário;

**20.3.** As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser prestados pelo Pregoeiro, no local e horário indicados no Edital;

**20.4.** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação vigente;

**20.5.** Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Termo de Referência e do Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, para dirimir as dúvidas não solucionadas administrativamente, oriundas do cumprimento das obrigações estabelecidas.

**20.6.** São partes integrantes e indissociáveis deste Termo de Referência os anexos abaixo relacionados:

## 22. ANEXOS

## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

### Anexo I – DETALHAMENTO DOS VEÍCULOS E DOS LOTES

Caruaru, na data da assinatura.

**Daniela Pereira dos Passos**

Gerente de Transporte

Matrícula - 56.093-0





## GERÊNCIA DE TRANSPORTE

### ANEXO I – DETALHAMENTO DOS VEICULOS E DOS LOTES

#### LOTE 1: SEGURO COBERTURA PARA RCF e APP.

Nº	PLACA	ANO	MODELO	ORIGEM	TIPO DE COBERTURA EXIGIDA
1	PEY6I94	2010	MICROÔNIBUS CITYCLASS 70C16	Frota própria	RCF e APP
2	PEY3J82	2010	FOZ U VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
3	PEY4B02	2010	FOZ U VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
4	PEY4G22	2010	FOZ U VW 15.192	Frota própria	RCF e APP
5	PEY4H62	2010	FOZ U VW 15.191	Frota própria	RCF e APP
6	PGV1189	2017	M.Benz / OF 1519 R.ORE	Frota própria	RCF e APP
7	PGA0A93	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCF e APP
8	PGA0B63	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCF e APP
9	PGA0C23	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCF e APP
10	PGA0C73	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCF e APP
11	PGA0D23	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCF e APP
12	PGA0D93	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCF e APP
13	PGA0E53	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCF e APP
14	PGC6I65	2012	MICROÔNIBUS V8L	Frota própria	RCF e APP
15	PEY6H44	2010	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
16	PFA5J52	2010	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
17	PFW4B35	2012	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
18	PFW4D15	2012	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
19	PFW4J15	2012	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
20	PFW5A25	2012	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP

**GERÊNCIA DE TRANSPORTE**

21	PFW5A75	2012	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
22	PCC9203	2016	ROMA R3 MB 0-500 R	Frota própria	RCF e APP
23	PCN2J24	2017	ROMA R3 MB 0-500 R	Frota própria	RCF e APP
24	PDJ3809	2019	VW/ 15190 EOD E.HD ORE	Frota própria	RCF e APP
25	PDJ3839	2019	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
26	QYB9597	2019	SÊNIOR MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
27	QYC2902	2019	CAIO MB LO 916. ORE	Frota própria	RCF e APP
28	RZP8G49	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCF e APP
29	RZP8G79	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCF e APP
30	RZP8G89	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCF e APP
31	RZP8G99	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCF e APP
32	RZP8H29	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCF e APP
33	RZP8H39	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCF e APP
34	RZP8H49	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCF e APP
35	RZP8H79	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCF e APP
36	RZP8H89	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCF e APP
37	RZP8I09	2022	CAIO MB LO 916. ORE	Frota própria	RCF e APP
38	RZP8I19	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCF e APP
39	RZP8I29	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCF e APP
40	RZP8I39	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCF e APP
41	RZP8I49	2022	MPOLO / VOLARE V8L 4X4 EO	Frota própria	RCF e APP

**GERÊNCIA DE TRANSPORTE**

42	RZQ7I09	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
43	RZQ7I99	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
44	RZQ7J19	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
45	RZQ7I89	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
46	RZQ2H19	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
47	RZQ7I49	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
48	RZQ7I29	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
49	RZQ7I79	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
50	RZQ7I59	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
51	RZQ7I69	2022	THUNDER MIDI VW 15.190	Frota própria	RCF e APP
52	SOO3B10	2024	FOZ F2500 - CAIO IVECO 15-210	Frota própria	RCF e APP
53	SOO3E30	2024	FOZ F2500 - CAIO IVECO 15-210	Frota própria	RCF e APP
54	SOO8D90	2024	FOZ F2500 - CAIO IVECO 15-210	Frota própria	RCF e APP
55	SOO4C40	2024	FOZ F2500 - CAIO IVECO 15-210	Frota própria	RCF e APP
56	SOO5D30	2024	FOZ F2500 - CAIO IVECO 15-210	Frota própria	RCF e APP
57	SOO3H70	2024	FOZ F2500 - CAIO IVECO 15-210	Frota própria	RCF e APP

**LOTE 2: SEGURO DE COBERTURA COMPREENSIVA PARA O VEÍCULO COM (RCF E APP).**

Nº	PLACA	ANO	MODELO	ORIGEM	TIPO DE COBERTURA
----	-------	-----	--------	--------	-------------------



**GERÊNCIA DE TRANSPORTE**

					<b>EXIGIDA</b>
1	SNL1H71	2023	VOLARE V8L 4X4 EO	Frota cedida	Compreensiva com RCF e APP
2	SNL0H81	2023	VOLARE V8L 4X4 EO	Frota cedida	Compreensiva com RCF e APP
3	SNL0I01	2023	VOLARE V8L 4X4 EO	Frota cedida	Compreensiva com RCF e APP
4	SNL1J31	2023	VOLARE V8L 4X4 EO	Frota cedida	Compreensiva com RCF e APP
5	SNM1A76	2023	VOLARE V8L 4X4 EO	Frota cedida	Compreensiva com RCF e APP
6	SNM1B06	2023	VOLARE V8L 4X4 EO	Frota cedida	Compreensiva com RCF e APP
7	SOB5H55	2024	V8L EO	Frota cedida	Compreensiva com RCF e APP
8	SNZ4B44	2024	ACCESS EO	Frota cedida	Compreensiva com RCF e APP
9	SOD9A93	2024	VOLARE V8L 4X4 EO	Frota cedida	Compreensiva com RCF e APP
10	SOD7B10	2024	V8L EO	Frota cedida	Compreensiva com RCF e APP
11	SOF1D09	2024	ACCESS EO	Frota cedida	Compreensiva com RCF e APP
12	OYS4603	2023	MICROÔNIBUS CITYCLASS 70C17	Frota cedida	Compreensiva com RCF e APP
13	KGT1656	2009	GRANDMDI VW 17.230	Frota cedida	Compreensiva com RCF e APP
14	QYU5H52	2021	IVECO / BUS 10.19 OE	Frota cedida	Compreensiva com RCF e APP



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AD41-F5E1-07B4-CF17

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DANIELA PEREIRA DOS PASSOS (CPF 041.XXX.XXX-48) em 28/10/2025 14:02:49 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/AD41-F5E1-07B4-CF17>